

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35
NIRE: 3530001003-5

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 002-2026

DATA/HORA E LOCAL: Aos 09 dias do mês de fevereiro de 2026, às 10h, foi realizada a reunião do Conselho Fiscal Prodesp, em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS: Roberto Cesar de Oliveira Viegas; Bruno Santos Abreu Caligaris; Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda e Maurício Barutti de Oliveira.

CONVIDADOS: Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria; Roberto Camargo e Layla Moreira (BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda.); Priscilla Assis Parada, Superintendente de Estratégia e Governança; Maria Fernanda Salcedo de Souza Ruiz, Gerente de Corregedoria; Viviane Rodrigues Gomes, Gerente de Ouvidoria; Ana Sílvia de Moura Leite Piergallini, Gerente Jurídica; Kélysta Ferreira, Coordenadora do Contencioso Geral; Juliana Pasquini Mastandrea, Coordenadora Trabalhista; Stefanie Marie Pamela Rise Romboli, Coordenadora de Consultoria Jurídica; Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo; Carlos Cesar Lucas Dias, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais; Eduardo Augusto Muniz de Souza, Gerente de Inovação Comercial, Victor Hartmann, Gerente Comercial; Aymee Di Monaco, Gerente de Governança; e Sandra Marinalva da Silva Soares, Assessora do Escritório de Governança e Secretaria da Reunião.

Ausência Justificada: Luzia Valéria Sarno, Presidente do Conselho Fiscal


A Assessora do Escritório de Governança, Sra. Sandra Marinalva, iniciou a reunião dando as boas-vindas aos Conselheiros e convidando-os a registrar suas considerações.

O Conselheiro Bruno destacou que a Prodesp vem realizando diversos [REDACTED] voltados à expansão da prestação de serviços, incluindo iniciativas em segurança, inteligência artificial e captação de clientes privados. Ressaltou, entretanto, que tem ouvido reclamações de órgãos do Governo do Estado sobre a prestação de serviços, citando casos na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica - SGGD, Saúde, Agricultura e Secretaria da Fazenda, onde sistemas da Prodesp foram retirados e geridos de forma independente, ocasionando dificuldades operacionais. O Conselheiro Bruno enfatizou que a expansão da empresa deve estar acompanhada da manutenção da qualidade no atendimento aos clientes principais, especialmente órgãos públicos, e sugeriu a possibilidade de realizar pesquisas junto aos clientes para monitorar a percepção sobre os serviços prestados. Destacou ainda o impacto de faturas não atestadas ou canceladas, que geram retrabalho e afetam o fluxo financeiro da Companhia.

O Conselheiro Rodrigo mencionou que, apesar de seu curto período de atuação, também tem ouvido reclamações pontuais, e ressaltou que situações semelhantes já ocorreram em outros órgãos e estados, mas que isso não diminui a necessidade de acompanhamento e de melhorias nos serviços prestados pela Prodesp. Concordou que o Conselho Fiscal deve monitorar indicadores e procedimentos relacionados à emissão e ao ateste de faturas, destacando este como ponto relevante de atuação dentro de sua competência.

O Conselheiro Roberto acrescentou que a dependência de sistemas e a rotatividade de equipes podem gerar desafios operacionais, impactando a continuidade e a absorção de conhecimento, principalmente entre funcionários terceirizados, e sugeriu que essas questões sejam levadas para discussão das instâncias decisórias. O Conselheiro Bruno complementou sugerindo que o tema fosse levado ao Conselho de Administração de forma estruturada, com levantamento do histórico de faturas emitidas e atestadas nos últimos anos, de modo a quantificar o impacto operacional e financeiro, assegurando que o fluxo de recursos seja adequado e que os serviços sejam prestados com qualidade.

A Assessora informou que as sugestões apresentadas pelos conselheiros seriam devidamente registradas em ata e destacou que o conselheiro Marcelo Almeida, além de atuar como Coordenador do Comitê de Auditoria, também é membro dependente do Conselho de Administração. Dessa forma, será possível incluir o item na pauta da reunião conjunta entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, agendada para 10/02/2026, permitindo ainda que o tema seja estruturado de maneira adequada para apresentação ao Conselho


BC
47134


MO
41932


RCOV
45134


RM
48367


SS
39619

de Administração. Ressaltou, adicionalmente, que o Conselho de Administração também solicitou a realização de uma reunião conjunta com o Conselho Fiscal, de modo que todos os pontos poderão ser discutidos de forma consolidada e coordenada.

1. Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 001/2026, realizada em 20 de janeiro de 2026

Dando continuidade à reunião, os membros do Conselho Fiscal aprovaram a Ata da referida reunião.

2. Ciência da posição econômica e financeira da Companhia até dez/2025: (atendimento aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do CF)

a) [REDACTED]

b) [REDACTED]; e

c) **Prévia** das Demonstrações Financeiras - Exercício 2025 e dos trabalhos realizados pelos auditores independentes nas DFs - Exercício 2025 (**participação BDO**)

O Sr. Glauber Aleixo, Gerente de Controladoria, apresentou o relatório dos números de dezembro, esclarecendo, inicialmente, que a Companhia ainda não conseguiu finalizar o resultado econômico do exercício, tendo em vista que a auditoria independente, conduzida pela BDO, encontra-se em fase de conclusão. Informou que a expectativa é de que os trabalhos sejam encerrados até o final da próxima semana ou, no máximo, no início da última semana de fevereiro, considerando o período de Carnaval. Assim que o resultado final estiver concluído, será imediatamente compartilhado com os Conselheiros. Ressaltou, contudo, que alguns itens já se encontram finalizados, especialmente [REDACTED] e [REDACTED], razão pela qual foram trazidos para apreciação nesta reunião.

No que se refere às [REDACTED] informou que, ao longo do exercício, foi mantida a diretriz de reduzir ao máximo o saldo em aberto, intensificando reuniões e aproximação com os clientes, a fim de garantir maior controle dos registros e evitar atrasos decorrentes de dúvidas sobre os serviços prestados. Destacou que essa atuação resultou no encerramento do exercício com saldo de [REDACTED], o menor nível registrado ao longo do ano, evidenciando que a estratégia de proximidade com os clientes tem sido eficaz para evitar que faturas permaneçam paradas por longos períodos. Esclareceu que os atrasos atualmente existentes concentram-se, em sua maioria, em questões orçamentárias dos clientes, tendo sido praticamente eliminados os atrasos decorrentes de falta de identificação ou validação dos serviços executados.

Em relação aos clientes específicos, destacou o DETRAN, que possuía [REDACTED] em atraso, tendo sido efetivamente recebidos, no mês de dezembro, valores indenizatórios que reduziram o saldo em atraso para R\$ 46 milhões. Informou que, desse montante, aproximadamente [REDACTED] não são reconhecidos pelo cliente, estando em discussão, motivo pelo qual a Administração já constituiu provisão para devedores duvidosos (PDD) correspondente, de forma prudencial, mesmo antes do esgotamento das negociações, a fim de evitar eventual impacto no resultado de 2026 referente a fatos de 2025. Mencionou ainda valores relacionados à hiperautomação, aproximadamente [REDACTED], atualmente sob análise da PGE, havendo sinalização favorável do cliente para pagamento, condicionada à aprovação formal. Quanto aos demais valores vencidos há mais de um ano, inclusive de áreas como Saúde e Educação, esclareceu que se trata de indenizatórios ou serviços antigos, que seguem o fluxo normal de cobrança administrativa e/ou jurídica, todos já provisionados, não havendo impacto adicional no resultado.

Passando ao [REDACTED], recordou que a projeção indicava encerramento de 2025 com saldo positivo de [REDACTED]; contudo, no conceito ajustado, o exercício foi encerrado com saldo negativo de [REDACTED], além da existência de aproximadamente [REDACTED] em fornecedores retidos. Esclareceu que, no extrato bancário, o saldo encontra-se positivo, sendo o valor negativo resultado de ajuste que considera obrigações já constituídas e ainda não liquidadas. Explicou que a principal razão para o desvio foi o elevado volume de pagamentos a fornecedores, superior às entradas de clientes, destacando [REDACTED] relevantes realizados no período, tais como o projeto de cibersegurança Certificate Manager, com pagamento upfront de aproximadamente [REDACTED] referente a contrato de 24 meses, além de renovações de licenças de cibersegurança do DETRAN, também com pagamento antecipado. Informou ainda que houve saída de [REDACTED] referente ao [REDACTED], investimento total aprovado de [REDACTED], bem como frustração de entrada prevista de [REDACTED] relacionada à coleta biométrica.

Nesse ponto, o Conselheiro Bruno questionou se, considerando o orçamento original de [REDACTED] de saldo de caixa ao final de 2025, o investimento de [REDACTED] no [REDACTED], não previsto no orçamento inicial, teria sido o fator determinante para que o exercício fosse encerrado com saldo ajustado negativo de aproximadamente [REDACTED], indagando também em que momento do ano tal investimento foi realizado e de que forma o déficit teria sido coberto. O Sr. Glauber esclareceu que o investimento no [REDACTED] foi aprovado posteriormente ao orçamento original, tendo a saída de caixa de [REDACTED] ocorrido majoritariamente no meio do exercício, por volta de maio. Informou que seria possível apresentar a análise sob a ótica de um orçamento revisado, incorporando a aprovação superveniente do investimento, mas que a Administração optou por manter a comparação com o orçamento original. Esclareceu ainda que o saldo negativo é ajustado, pois o extrato bancário apresenta saldo positivo, porém comprometido com fornecedores cujas faturas já se encontram vencidas ou retidas, especialmente vinculadas a produtos que ainda não geraram a

correspondente entrada de caixa, sendo a estratégia adotada atrelar o pagamento desses fornecedores ao efetivo recebimento dos respectivos clientes.

Indagado também acerca do impacto do indenizatório da SGD, esclareceu que os valores recebidos, aproximadamente [REDACTED] entre o final de dezembro e o início de janeiro, já estão refletidos na posição apresentada e não foram suficientes para recompor integralmente o caixa, diante das saídas relevantes ocorridas no período, inclusive no início de janeiro. Informou que, embora tenham sido recebidos cerca de R\$ 130 milhões em indenizatórios, o caixa permanece pressionado, razão pela qual a Administração concentrará esforços na formalização de contratos ainda pendentes, especialmente nos casos em que já houve saída de caixa junto a fornecedores sem a correspondente formalização contratual com clientes, bem como na intensificação da cobrança de indenizatórios.

Prosseguindo, informou que, diante dos elevados [REDACTED] realizados em 2024 e 2025 e das antecipações de pagamentos efetuadas, a Companhia não possui margem para novos [REDACTED] sem que haja vinculação contratual que assegure entrada de caixa no mesmo cronograma. Para 2026, a projeção indica geração operacional de caixa e expectativa de encerramento do exercício com saldo aproximado de [REDACTED], desde que mantida rigorosa disciplina orçamentária e acompanhamento mensal da execução financeira.

Por fim, reiterou que os trabalhos de auditoria estão em estágio avançado, não havendo expectativa de ajustes relevantes nas Demonstrações Financeiras de 2025, e que o resultado econômico deverá ficar próximo ao orçamento, com impacto positivo não recorrente decorrente da venda da Mooca. O Conselho Fiscal agradeceu ao teor apresentado pelo Gerente de Controladoria, tomou **ciência** integral das informações prestadas, consignando que aguardará a conclusão formal da auditoria independente e a apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas, acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes, para manifestação conclusiva no âmbito de sua competência.

Na sequência, o Sr. Roberto Camargo e a Sra. Layla Moreira, representantes da BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., informaram que não trouxeram apresentação formal referente às *Demonstrações Financeiras - Exercício 2025 e dos trabalhos realizados pelos auditores independentes nas DFs - Exercício 2025*, tendo em vista que os trabalhos de auditoria ainda estão em andamento, encontrando-se a equipe na segunda semana de atuação em campo, com análise das documentações e saldos contábeis. Relataram que, dentre as análises já iniciadas, destacam-se os procedimentos relacionados à receita, especialmente no que se refere ao WIP (Work in Progress), área que tradicionalmente demanda maior detalhamento e que é objeto de monitoramento quanto a eventuais ajustes. Informaram que, até o momento, não foi identificado qualquer ajuste nessa rubrica, embora o saldo apurado no fechamento de dezembro tenha se mostrado relevante, motivo pelo qual está sendo submetido a exame mais aprofundado.

No tocante aos tributos, informaram que foi avaliado o tema da imunidade tributária, tendo sido verificado o respectivo impacto nas demonstrações financeiras. Quanto à venda de imóvel ocorrida no exercício, esclareceram que a auditoria está analisando os reflexos da operação no balanço, especialmente no que se refere à formalização do Ajuste a Valor Presente registrado pela Companhia.

Esclareceram, ainda, que, até o presente momento, não foram identificadas outras áreas de preocupação relevantes a serem destacadas ao Conselho, ressaltando que os trabalhos seguem em andamento e que eventuais ajustes ou apontamentos constarão do relatório preliminar (draft), a ser oportunamente apresentado após a conclusão das análises.

O Conselheiro Bruno questionou se o escopo dos trabalhos abrangia análise do [REDACTED] e eventual indicação de pontos de melhoria na gestão financeira da Companhia. Em resposta, o Sr. Roberto esclareceu que o escopo da auditoria está restrito à revisão das demonstrações contábeis e dos controles relacionados às áreas-chave, como receita a faturar, tributos e contingências trabalhistas, não contemplando análise específica de [REDACTED]. Ressaltou, contudo, que a auditoria avalia o [REDACTED] sob a ótica da continuidade operacional, conforme exigido pelas normas aplicáveis. Na sequência, o Conselheiro Bruno indagou se as faturas canceladas, reajustadas ou devolvidas pelos clientes são objeto de análise pela auditoria, considerando possível impacto nos prazos de recebimento e na relação com os clientes. O Sr. Roberto esclareceu que tais operações são analisadas na medida em que integram as amostras selecionadas, especialmente no exame de eventos subsequentes, com foco em identificar eventual faturamento próximo ao encerramento do exercício e posterior cancelamento no período subsequente. Informou, contudo, que a análise específica do saldo em aberto em dezembro está sendo realizada nesta fase dos trabalhos e ainda não há conclusão, uma vez que os procedimentos finais não foram integralmente executados. O Conselheiro Bruno manifestou preocupação quanto ao volume de faturas canceladas ou não atestadas, entendendo que tal situação pode gerar retrabalho administrativo, atrasos no recebimento e desgaste na relação com os clientes, solicitando que a auditoria dê especial atenção ao tema e destaque eventual relevância quando da apresentação dos resultados ao Conselho. Em resposta, o Sr. Roberto informou que, com base em análise preliminar das demonstrações financeiras, os valores relativos a descontos e cancelamentos representam percentual aproximado entre 2% e 3% da receita, tendo havido pequeno aumento em relação ao exercício anterior, mas sem variação expressiva sob a ótica percentual. Ressaltou que, sob o ponto de vista das demonstrações contábeis, o montante não se apresenta, a princípio, como material no contexto global, mas que será realizado questionamento específico à Administração acerca do aumento verificado, comprometendo-se a trazer retorno ao Conselho oportunamente. A Sra. Layla registrou a solicitação para acompanhamento no curso dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, os representantes da BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. agradeceram a oportunidade e colocaram-se

à disposição para esclarecimentos adicionais. O Conselho Fiscal, por sua vez, manifestou agradecimento à BDO pelo detalhamento das informações e pelo comprometimento no acompanhamento dos trabalhos de auditoria.

3. Ciência do desdobramento [REDACTED] da Companhia e [REDACTED] 2026

A Superintendente de Estratégia e Governança, Sra. Priscilla Assis Parada, reapresentou ao Conselho Fiscal uma versão dos pequenos ajustes solicitados pelo Conselho de Administração relativos ao desdobramento do [REDACTED] da Companhia e das [REDACTED] 2026, contemplando diagnóstico organizacional, [REDACTED] alinhamento com riscos estratégicos, [REDACTED] e [REDACTED], bem como a camada de objetivos táticos (QPIs) e iniciativas monitoradas pelo sistema Esfera, garantindo a conexão entre [REDACTED] e execução das ações das gerências. O Conselho examinou os resultados da pesquisa de satisfação de 2024, que envolveu aproximadamente 300 contatos em níveis estratégico, tático e operacional, abrangendo secretarias, prefeituras e empresas consignatárias, destacando a satisfação geral de 7,74 e o NPS de 19%.

Durante a apresentação, o Conselheiro Bruno questionou sobre o **detalhamento da pesquisa**, indagando: "Quem responde essas perguntas e como os níveis estratégico, tático e operacional são definidos." A Superintendente Priscilla esclareceu que a pesquisa é conduzida pela equipe de Comunicação e Marketing, com base em contatos fornecidos pela área comercial, abrangendo secretários, diretores de tecnologia, equipes técnicas e demais interlocutores próximos aos projetos da Prodesp. O Conselheiro Bruno ainda questionou se era possível repartir as notas por nível de atuação, e Priscilla respondeu que tais informações podem ser solicitadas à equipe responsável pela pesquisa e que a área de Governança encaminhará o detalhamento solicitado ao Conselho.

Foi destacado que a campanha interna de endomarketing realizada em 2025, liderada pela presidência e pela área de Comunicação, reforçou o engajamento dos colaboradores e a conexão com a experiência do cliente, aproximando o [REDACTED] da execução. Informou-se também que o Conselho analisou os workshops com coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores, que evidenciaram aumento significativo na compreensão de cada equipe sobre sua contribuição aos [REDACTED], mesmo quando o trabalho não está diretamente relacionado a áreas centrais.

Foram reafirmados os [REDACTED] para 2026, mantendo-se os pilares de excelência, segurança, privacidade, disponibilidade e performance, [REDACTED], provisão de soluções baseadas em dados, fortalecimento da marca Prodesp e valorização e capacitação das pessoas. Foram apresentados projetos estratégicos, incluindo governança de dados, disseminação do uso de inteligência artificial, redução de burocracia, reskilling e profissionalização da gestão de clientes.

Na sequência, o Conselho Fiscal tomou ciência das [REDACTED] **propostas para 2026**, destacando: a meta geral de satisfação de clientes ajustada para nota 9, incluindo clientes por adesão; manutenção de 98,4% de satisfação nos postos Poupa Tempo; meta de prazos de projetos da Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas ajustada de 70% para 76%; meta de vendas de [REDACTED] em soluções baseadas em dados, com ciclo de revisão PDCA do [REDACTED] disponibilidade de sistemas medida por Inatrace de 98%; aumento da eficiência do primeiro atendimento do suporte; redução do índice de débito técnico de 90% para 30%; índice de cibersegurança segundo framework NIST de 3,3; conformidade com LGPD de 83,38%; gestão de contratos com nota de maturidade A (igual ou superior a 9); implementação do check-in digital nos canais Poupa Tempo; mapeamento de 100% dos projetos de inteligência artificial, com entrega de 30 iniciativas externas e 20% de eficiência interna; e capacitação anual média de 30 horas, revisada para alinhamento ao plano de desenvolvimento por carreiras.

Foi esclarecido que a NPS de 19% considera 41% de promotores e 22% de detratores, desconsiderando os neutros, e que, a partir de 2026, haverá inclusão de clientes por adesão no escopo da pesquisa, com meta específica de satisfação de nota 9. Os indicadores econômico-financeiros terão peso de 20%, satisfação do cliente 20% e os demais indicadores do [REDACTED] [REDACTED] 60%, com ajustes adicionais a serem apresentados na próxima reunião.

O Conselho Fiscal, após análise detalhada, tomou **ciência** do [REDACTED] 2026 e das [REDACTED] da Prodesp, considerando-os adequados à execução da estratégia da Companhia, à promoção da transformação digital, à sustentabilidade e ao engajamento interno e externo, recomendando o acompanhamento por meio dos indicadores e metas detalhadas, assegurando o alinhamento de todas as equipes à estratégia corporativa e à geração de valor para os clientes.

4. Ciência do relatório das denúncias da área de Corregedoria, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração, 4º trimestre 2025 - (atendimento ao item 8.2 do planejamento anual do CF)

A Gerente de Corregedoria, Srta. Maria Fernanda Salcedo de Souza Ruiz, apresentou ao Conselho Fiscal o relatório de denúncias da área de Corregedoria referentes ao 4º trimestre de 2025, em atendimento ao item 8.2 do planejamento anual do Conselho Fiscal. Iniciando com a análise quantitativa, informou que foram recebidas 18 denúncias habilitadas no período, representando uma queda de 42% em relação ao 4º trimestre de 2024. Destes, 15 casos ocorreram na sede da Prodesp e três no Poupatempo, considerados residuais. Das 15 denúncias na sede, seis foram relacionadas à negligência e má gestão, três à fraude (sendo duas fraudes à licitação e uma fraude no recebimento de benefício farmácia), duas de assédio sexual (uma procedente), uma

de assédio moral, uma de desvio ético, uma de falta de zelo no desenvolvimento de sistemas e uma de descumprimento do regime de jornada. Até 31 de dezembro de 2025, quatro denúncias haviam sido concluídas, sendo uma procedente, três arquivadas; nove estavam em investigação preliminar sumária e duas em sindicância. Em 9 de fevereiro de 2026, além das sindicâncias, já havia sete novas instaurações e um Processo Administrativo Disciplinar - PAD em andamento.

A distribuição das denúncias por diretoria da Prodesp foi apresentada, e, antes de prosseguir, o Conselheiro Bruno questionou: “Quais foram os desdobramentos das denúncias que foram procedentes. A Gerente explicou que houve uma ação procedente de assédio sexual envolvendo um empregado da Prodesp contra uma terceirizada, que resultou em desligamento por justa causa. Esclareceu ainda que outras denúncias em sindicância ou PAD poderão gerar suspensão, advertência ou demissão por justa causa, conforme apuração.

O Conselheiro Bruno questionou também se, em casos de assédio, a notícia é levada à polícia ou se essa decisão fica a cargo da vítima. A Gerente de Corregedoria explicou que, nesse caso específico, a vítima não se identificou e solicitou que nenhuma providência externa fosse tomada, mas que o fato foi registrado na CGE conforme obrigação legal. A Gerente acrescentou que a Prodesp oferece rede de apoio, e que a ouvidoria acolheu a vítima, garantindo sigilo, orientação e acompanhamento das medidas cabíveis, incluindo eventual medida protetiva, respeitando a vontade da denunciante. Quanto às três denúncias recebidas no Poupatempo, informou que houve alteração na abordagem: denúncias envolvendo terceiros não mais serão tratadas pela Corregedoria, sendo encaminhadas ao gestor do contrato para providências. Das três denúncias remanescentes, uma foi procedente de fraude por favorecimento de senhas a um despachante, tendo sido adotada a medida de substituição do terceiro pelo gestor do contrato; uma foi arquivada e outra permanecia em sindicância.

A Gerente de Corregedoria concluiu informando que as demais denúncias em sindicância e PAD serão apresentadas no relatório do próximo trimestre, ficando à disposição para eventuais dúvidas. O Conselho não apresentou novas questões e registrou agradecimento à Gerente pela apresentação

5. Acompanhamento do relatório de Ouvidoria, 4º trimestre 2025 - (atendimento ao item 8.2 do planejamento anual do CF)

A Gerente de Ouvidoria, Sra. Viviane Rodrigues Gomes, apresentou o Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria, com os indicadores de denúncias e demais manifestações referentes ao exercício de 2025, incluindo os dados do 4º trimestre. Informou que, em 2025, a Ouvidoria tratou 25.486 manifestações, excluídos os pedidos de acesso à informação (SIC) e as denúncias, representando aumento de 1,4% em relação a 2024. Houve crescimento de 2% nas reclamações, aumento de 110% nos elogios, redução de 5% nas solicitações de providências e queda de 22% nas sugestões. Do total recebido, 55% corresponderam a reclamações, 39% a solicitações de providências, 5% a elogios e 1% a sugestões.

O quantitativo consolidado anual, considerando todos os tipos de manifestações, foi de 6.158 registros, sendo 89,3% relacionados ao Programa Poupatempo, 3% a serviços próprios da Prodesp, 1,6% a denúncias e 0,5% a pedidos SIC. Registraram-se ainda 31 manifestações no Canal do Colaborador, 21 manifestações de ouvidoria interna e 5,5% classificadas como duplicidades ou fora da competência.

Na análise qualitativa das 776 manifestações relativas à Prodesp, destacaram-se temas relacionados ao Diário Oficial (21%), informações gerais (20%), Service Desk (20%), portal de credenciados do DETRAN (16%), certificação digital (10%) e falhas em sistemas do DETRAN (7%). Observou-se pico de manifestações em outubro, decorrente da reformulação da tabela do portal de credenciados. Em comparação com 2024, houve aumento de 57% nas manifestações sobre sistemas do DETRAN e 29% relativas ao Service Desk, além de redução de 47% nas manifestações sobre Diário Oficial. No âmbito do Programa Poupatempo, foram tratadas 23.361 manifestações em 2025, representando aumento de 8% em relação ao ano anterior. Os temas mais recorrentes envolveram CNH, atendimento, agendamento, RG, veículos e gestão de postos. Registrou-se aumento de 80% no tema SIM e 71% em gestão de postos, bem como redução de 53% nas manifestações sobre veículos e 29% relativas a RG, em razão da nova sistemática de transferência de veículos.

Na ouvidoria interna, foram registradas 21 manifestações, representando redução de 22%, atribuída à reorganização dos canais internos da Companhia, que passaram a oferecer atendimento direto por meio de formulários específicos. No Canal do Colaborador, houve 31 manifestações, com queda de 26%, possivelmente relacionada ao fortalecimento da gestão contratual das empresas terceirizadas.

Quanto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), foram respondidos 127 pedidos de acesso à informação, dos quais cinco recursos, representando aumento de 18% no total de pedidos e 29% nos recursos, em comparação com 2024. Do total, 49% referiram-se a solicitações de acesso integral a processos de licitações e contratos, 27% a estatísticas de atendimento do Poupatempo e 23% a outros temas.

O Conselheiro Roberto Viegas questionou se a demanda relacionada a licitações e contratos não poderia ser atendida por meio de transparência ativa. A Gerente esclareceu que o percentual apresentado refere-se à representatividade temática dentro do total de pedidos e que, em sua maioria, os solicitantes requerem acesso integral a processos administrativos, especialmente em casos envolvendo aplicação de penalidades, documentos que não são integralmente disponibilizados no portal, embora as peças públicas estejam disponíveis no site institucional. O Conselheiro registrou concordância com o esclarecimento.

No tocante às denúncias, em 2025 foram recebidas 407 manifestações, das quais 61% habilitadas para apuração, com média mensal de 21 denúncias habilitadas. No 4º trimestre de 2025, foram habilitadas 27



denúncias, representando aumento de 11% em relação ao trimestre anterior, sendo 24 relativas à Prodesp e três ao Programa Poupatempo.

Informou-se que, a partir do último trimestre, denúncias envolvendo terceiros no âmbito do Poupatempo passaram a ser tratadas diretamente na gestão contratual, não sendo mais processadas como denúncias formais, o que impactou os números comparativos.

No trimestre, foram registradas 44 denúncias brutas, das quais 34% consideradas inconsistentes ou duplicadas; das 27 habilitadas, 20 foram encaminhadas à Corregedoria e sete ao Comitê de Ética. Quanto ao perfil dos denunciados na Prodesp, 40% referiram-se a empregados, 18,5% a gestores, 14,8% a equipes e 7% a diretores. Entre as denúncias habilitadas, registraram-se casos relacionados a desídia, problemas comportamentais, descumprimento de normativos internos, assédio sexual e assédio moral. Houve ainda registro de incidente de vazamento de dados e denúncia de corrupção no Programa Poupatempo.

O Conselheiro Bruno solicitou esclarecimentos sobre o incidente de vazamento de dados, questionando o que havia ocorrido e quais providências foram adotadas. A Gerente explicou que se tratou de uso indevido de dados para agendamento no Poupatempo, decorrente de erro operacional de servidora municipal que selecionou cidadão diverso no sistema, gerando envio indevido de confirmação de agendamento. Informou que, após verificação e apuração, foi solicitada à área responsável a implementação de mecanismo de bloqueio sistêmico para evitar recorrência da falha. No período, registrou-se ainda denúncia de fraude relacionada à adulteração de data de receita médica para reembolso de benefício farmacêutico (em apuração), denúncia de improbidade administrativa envolvendo suposta ausência de fiscalização de atividades em regime de home office (em apuração) e caso de facilitação a despachante no posto do Poupatempo de Itanhaém, considerado procedente, com solicitação de substituição do envolvido ao gestor contratual.

Foram recebidas duas denúncias de assédio sexual na Prodesp, ambas encaminhadas à Corregedoria, sendo uma concluída com desligamento do empregado diante da gravidade e comprovação dos fatos. Houve também duas denúncias de assédio moral, uma considerada improcedente e outra ainda em andamento. No 4º trimestre, nove denúncias foram concluídas: três improcedentes, três procedentes e três arquivadas ou encerradas por perda de objeto. Nos casos procedentes, foram adotadas as medidas disciplinares cabíveis e emitidas recomendações de controles internos.

Por fim, a Gerente apresentou as ações relativas à avaliação de serviços públicos realizadas em 2025, incluindo chamamento público, revisão da Carta de Serviços, seleção de 15 serviços para avaliação e publicação de enquetes. Informou que, em dezembro, não houve respostas às enquetes em razão de problema técnico na plataforma, já solucionado, com previsão de republicação em 2026.

Não havendo novas manifestações, os Conselheiros agradeceram à Gerente pela apresentação e pelos esclarecimentos prestados, registrando reconhecimento pela qualidade das informações apresentadas. A Gerente agradeceu a atenção dos membros do Conselho e encerrou a apresentação.

6. Ciência da situação dos Processos Judiciais da Companhia e do Tribunal de Contas do Estado (TCESP), 4º trimestre 2025 - (atendimento ao item 5.8 e 10.1 do planejamento anual do CF)

A Gerente Jurídica, Sra. Ana Sílvia de Moura Leite Piergallini, juntamente com suas Coordenadoras, apresentou o relatório referente à situação dos Processos Judiciais da Companhia e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), relativo ao 4º trimestre de 2025, em atendimento aos itens 5.8 e 10.1 do planejamento anual do Conselho Fiscal. Inicialmente, foi apresentado panorama da contingência passiva da Companhia no triênio 2023–2025, esclarecendo-se que o aumento verificado de 2023 para 2024 decorreu da alteração na metodologia de atualização dos valores, que passou a ser mensal. Em 2025, o montante totalizou [REDACTED] milhões, representando crescimento de 9,2%, majoritariamente em razão de atualizações financeiras. Registrou-se, ainda, leve redução dos valores classificados como “prováveis” no comparativo entre 2024 e 2025, inclusive do 3º para o 4º trimestre.

Na contingência ativa, destacou-se a evolução dos valores ao longo do triênio, especialmente em razão do ajuizamento de ações monitorias e notificações judiciais voltadas à recuperação de créditos junto a devedores, inclusive secretarias, bem como os resultados relativos a créditos recuperados e despesas mitigadas nas esferas cível e trabalhista.

Foram também apresentados dados sobre procedimentos do Ministério Público e do Ministério Público do Trabalho, indicando que a maior parte das demandas envolve o Programa Poupatempo, notadamente questões relacionadas a atendimento, acessibilidade, tempo de espera e condições de infraestrutura dos postos.

O Conselheiro Roberto indagou acerca da natureza predominante das investigações no âmbito do Ministério Público. A Gerente esclareceu que, em sua maioria, referem-se ao Programa Poupatempo, sendo pontuais os casos envolvendo contratos ou licitações da Prodesp.

No tocante ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foi apresentado comparativo dos exercícios de 2023 a 2025, destacando-se que 100% dos processos da atual gestão foram julgados regulares, e que, no triênio, 96% dos casos obtiveram julgamento pela regularidade. Informou-se, ainda, o quantitativo de requisições de documentos formuladas pelo TCESP, com registro de 33 no 4º trimestre.

Por fim, foram expostos dados relativos à área de Privacidade, com destaque para o avanço do programa de conformidade, mapeamento de fluxos de dados pessoais nas diretorias e indicadores de requisições e incidentes, todos classificados como de baixo impacto nos últimos dois anos.



Não havendo questionamentos adicionais, os Conselheiros agradeceram a apresentação e os esclarecimentos prestado pela Gerência Jurídica.

7. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade - (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)

O Gerente de Licitações e Suporte Administrativo, Sr. Jorge Luiz de Souza, apresentou o relatório referente aos processos licitatórios e às modalidades de aquisições e contratações da Companhia, em atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do Conselho Fiscal. Informou que, no mês de janeiro, foram finalizadas sete licitações, das quais seis homologadas e uma fracassada, registrando-se custo evitado de aproximadamente [REDACTED]. Permanecem em andamento 16 licitações e duas encontram-se suspensas. A eficiência apurada no período foi de 2,1%, considerando tratar-se do primeiro mês do exercício. Quanto às contratações por dispensa e inexigibilidade, destacou que os valores alcançaram [REDACTED], impulsionados principalmente por inexigibilidades relacionadas a projeto de gestão de processamento de licenciamento ambiental, coleta biométrica e distribuição de energia elétrica. As compras diretas totalizaram aproximadamente [REDACTED] no período. Esclareceu que o consolidado anual ainda não foi apresentado em razão de se tratar do primeiro mês do exercício, passando a constar nos relatórios subsequentes para acompanhamento comparativo.

Não havendo questionamentos, os Conselheiros agradeceram a apresentação do Gerente de Licitações e Suporte Administrativo.

8. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)

A Assessora de Governança informou que, não foram identificados, no período, fatos relevantes passíveis de divulgação ao mercado, permanecendo a Companhia em regularidade quanto aos deveres de transparência e comunicação aplicáveis.

9. Revisão do Regimento Interno do Conselho Fiscal - (atendimento ao item 2.2 do planejamento anual do CF - tema apresentado na reunião dez/2025 - retomada do tema)

A Assessora, Sra. Sandra informou sobre a Revisão do Regimento Interno do Conselho Fiscal, cujo tema havia sido apresentado na reunião de dezembro de 2025, procedendo-se à retomada das discussões. O Conselheiro Roberto, manifestou que já realizou análise prévia do documento e solicitou o envio da versão editável em formato Word, a fim de possibilitar a inclusão de sugestões e contribuições diretamente no texto, comprometendo-se a devolver o material revisado no mesmo dia para conhecimento dos demais membros. Entre os pontos preliminarmente destacados pelo Conselheiro, mencionou-se a necessidade de adequação do artigo 20, especificamente quanto à forma de realização das reuniões, propondo-se a atualização do texto para refletir a prática atualmente adotada, estabelecendo que as reuniões sejam preferencialmente virtuais, podendo, eventualmente, ser realizadas presencialmente na sede da Companhia. Informou ainda a intenção de incluir capítulo específico tratando de conflito de interesses. A Assessora informou que reenviará a versão do Regimento Interno em formato Word aos Conselheiros, para fins de consolidação das contribuições e posterior deliberação colegiada. Ficou consignado que, após o recebimento das sugestões, o texto consolidado será submetido à apreciação final do Conselho Fiscal em reunião subsequente.

10. Acompanhamento das Demandas (follow-up das recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal

a) Acompanhamento das atualizações da evolução da regularização das pendências financeiras junto ao "Detran" (DDS)

O Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais, Sr. Carlos Cesar Lucas Dias, apresentou o acompanhamento das atualizações relativas à evolução da regularização das pendências financeiras junto ao DETRAN. Esclareceu que o tema vem sendo monitorado de forma contínua e que, desde o início das tratativas, já foi possível regularizar aproximadamente 97% das pendências existentes, encontrando-se atualmente em situação de estabilidade ("voo de cruzeiro"), com acompanhamento sistemático para evitar novo acúmulo. Informou que permanecem as ações de controle, com levantamentos periódicos das pendências, tratativas tempestivas e reuniões semanais com o DETRAN para alinhamento de faturamento e priorização de pagamentos, destacando o apoio da Diretoria de Administração e Logística na antecipação de pagamentos, inclusive antes do prazo contratual.

Apresentou a evolução mensal dos recebimentos, destacando que, em abril de 2025, havia [REDACTED] pendentes, reduzidos para aproximadamente [REDACTED] em janeiro de 2026, representando redução da ordem de 70%. Esclareceu que o saldo pendente refere-se, principalmente, a notas fiscais relacionadas a licenciamento de hiperautomação, atualmente em tratativas com o DETRAN. Informou, ainda, que em 2024 foram recebidos [REDACTED], e em 2025, [REDACTED], mantendo patamar semelhante, com incremento relevante no segundo semestre de 2025 e início de 2026. Destacou melhorias operacionais, como redução do tempo médio de ateste pelo DETRAN (de aproximadamente 40 dias para cerca de 16 dias) e diminuição do prazo entre ateste e efetivo recebimento (de 84 para 38 dias), contribuindo positivamente para o [REDACTED] da Companhia.


BC
47134
MD
41932
RCOV
45134
RM
48367
SS
39619

Ressaltou também o crescimento do volume contratual com o DETRAN, passando de oito para 40 contratos firmados, bem como aumento expressivo dos valores faturados e recebidos no período. Não havendo questionamentos adicionais, os Conselheiros agradeceram a apresentação e os esclarecimentos prestados pelo Sr. Carlos Cesar.

b) Acompanhamento do “Projeto do [REDACTED]” e perspectivas financeiras da Companhia - (DRC)

O Sr. Eduardo Augusto Muniz de Souza, Gerente de Inovação Comercial, apresentou o acompanhamento do “Projeto do [REDACTED]” e perspectivas financeiras da Companhia. Informou que o projeto teve como principais metas a modernização da infraestrutura para nuvem, garantindo resiliência; a implantação do [REDACTED] unificado do Estado de São Paulo, concluída em 6 de fevereiro de 2026, em conformidade com o decreto de 2018; e a sanitização dos dados existentes, consolidando 107 milhões de registros em 33 milhões de pessoas ao longo dos próximos quatro meses. Destacou que a implantação do [REDACTED] ocorreu durante a madrugada, com continuidade ao longo do dia, integrando os postos do Poupa Tempo, unidades de formação de condutores e sistemas de trânsito que utilizam biometria. Ressaltou que o projeto segue conforme o cronograma, representando uma entrega significativa para o Estado de São Paulo.

c) Acompanhamento da situação atual da “Coleta Biométrica”, bem como os impactos no [REDACTED] (DAF/DRC)

Na sequência, o Sr. Victor Hartmann, Gerente Comercial, apresentou o acompanhamento da situação atual da “Coleta Biométrica” e os impactos no [REDACTED]. Detalhou três tratativas comerciais em andamento: SGD, com recebimentos de indenizatórios de [REDACTED] em 30/12/2025 e [REDACTED] em 06/01/2026, ainda com pendência de aproximadamente [REDACTED]; IRGD, com proposta de [REDACTED], equivalente a R\$ 9,2 milhões/mês, em negociação de ajustes de serviços; e DETRAN, dividido em três fases: duplicação de base (Fase 1) com contrato de [REDACTED]/ano; coleta biométrica (Fase 2) em revisão de volumetria, atualmente [REDACTED]/ano; e impressão da CNH/CIN (Fase 3) em ajuste contratual. Ressaltou que as informações apresentadas refletem a posição mais atualizada até o dia da reunião e que todos os dados serão consolidados na pasta de acompanhamento do Conselho. Os Conselheiros não levantaram dúvidas adicionais e agradeceram as apresentações do Gerente de Inovação Comercial e Gerente Comercial.

d) Disponibilização do relatório final consolidado do PAINT 2025 após a conclusão das apresentações.

A Assessora do Escritório informou aos Conselheiros que o relatório final consolidado do PAINT 2025 foi enviado pela Gerência de Auditoria e reúne todas as informações apresentada, dos resultados obtidos durante o exercício. Destacou que o documento já se encontra disponível aos membros do Conselho por meio do portal Atlas Governance, permitindo fácil acesso e consulta contínua às informações consolidadas.

11. Outros assuntos de interesse social:

i) Ciência do Ofício CODEC Nº 007/2026-SFP-12091 - Ref.: Assembleia Geral Ordinária - Aprovação Contas Exercício 2025 (observância ao item 5- Parecer do Conselho Fiscal)

Em continuação, a Assessora informou aos Conselheiros sobre a **Ciência do Ofício CODEC Nº 007/2026-SFP-12091**, referente à Assembleia Geral Ordinária para aprovação das contas do exercício de 2025, destacando a importância da **observância ao item 5 do parecer do Conselho Fiscal**. Ressaltou que os Conselheiros devem atentar-se aos pontos elencados no parecer, de modo a assegurar que todas as deliberações e aprovações estejam em conformidade com as recomendações do CODEC.

ii) Ciência da implementação de Melhorias na Gestão do Seguro D&O

Em razão do avançar do horário da reunião, a Gerente de Governança, Aymee Di Monaco, propôs aos membros do Conselho Fiscal que a apresentação sobre o seguro D&O fosse realizada por meio do grupo de comunicação entre o Conselho Fiscal e o Escritório de Governança. O objetivo seria apresentar informações atualizadas e procedimentos relacionados ao seguro. Os membros do Conselho Fiscal concordaram com a proposta, aprovando que o tema fosse tratado por esse canal, garantindo efetividade e clareza nas orientações.

Encerramento: Não havendo outros assuntos a serem tratados, e tendo sido esgotada a pauta do dia, a reunião foi encerrada e eu, Sandra Marinalva da Silva Soares, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos Senhores membros do Conselho Fiscal. Taboão da Serra, 09 de fevereiro de 2026.


Maurício Barutti De Oliveira
41932
MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA
Membro do Conselho Fiscal


Roberto César De Oliveira Viégas
45134
ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS
Membro do Conselho Fiscal



Bruno Santos Abreu Caligaris

47134

BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS
Membro do Conselho Fiscal



Rodrigo Fontenelle De Araujo Miranda

48367

RODRIGO FONTENELLE DE ARAÚJO MIRANDA
Membro do Conselho Fiscal



Sandra Marinalva Da Silva Soares

39619

SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES
Assessora da Coordenadoria de Escritório de
Governança e Secretária da Reunião

Min. Ata - CF 002-2026_09-02-2026.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 645ED-7C6A3-D747E



Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 21/02/2026

Assinaturas



Sandra Marinalva da Silva Soares
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 21 de fevereiro de 2026, 11:27:49 | E-mail: sso****@sp***** | Endereço de IP: 2804:f44:2bd:e254:c0a5:5ad5:b61:319c | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-0797



Mauricio Barutti de Oliveira
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 22 de fevereiro de 2026, 12:06:30 | E-mail: mba*****@fa***** | Endereço de IP: 189.62.58.20 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-7685



Roberto César de Oliveira Viegas
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 03 de março de 2026, 17:59:26 | E-mail: rco*****@sp***** | Endereço de IP: 177.95.190.246 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-1000



Rodrigo Fontenelle de Araujo Miranda
Assinou Eletronicamente



Rodrigo Fontenelle De Araujo Miranda
48367



RM
48367

Assinou em: 09 de março de 2026, 08:50:56 | E-mail: rfo*****@sp***** | Endereço de IP:
177.95.190.86 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-4075



Bruno Santos Abreu Caligaris
Assinou Eletronicamente



Bruno Santos Abreu Caligaris
47134



BC
47134

Assinou em: 17 de março de 2026, 17:38:08 | E-mail: bca*****@ho***** | Endereço de IP:
201.55.53.80 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 145.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-4567